

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0000190-54.2017.8.26.0555**
 Classe – Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOÃO PEDRO DANTAS FERREIRA e outro**

VISTOS.

JOÃO PEDRO DANTAS FERREIRA, qualificado a fls.25/28, e MAILSON MOREIRA DA SILVA, qualificado a fls.13/16, foram denunciados como incurso no art.33, "caput", da Lei nº11.343/06, porque em 7.10.17, por volta de 08h00, na Rua Alcides Talarico, nº50, entre os imóveis 215 e 108, em frente ao nº 146, em São Carlos, traziam consigo, guardavam e tinham em depósito, para fins de venda e comercialização, 38 (trinta e oito) invólucros de maconha, com peso de 58g, 23 (vinte e três) invólucros de crack, com peso de 5g, e R\$ 175,00 em dinheiro, conforme auto de exibição e apreensão de fls.46/47, sem autorização e em desacordo com determinação legal.

Laudos químico-toxicológicos a fls.77/80.

Consta que policiais militares, em patrulhamento de rotina, avistaram o momento em que o denunciado João Pedro entregou algo para o passageiro de um veículo Marea Azul.

Como sabiam que o local era ponto de tráfico,

0000190-54.2017.8.26.0555 - lauda 1

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

fizeram a abordagem de pessoas que estavam no imóvel, no qual havia entrado João Pedro.

Ali também encontraram o denunciado Mailson em poder de um saco plástico contendo 38 invólucros de maconha, tendo ele tentado fugir.

Em uma mesa perto da saída do imóvel havia 23 (vinte e três) invólucros de crack, dispostos ali para facilitar o atendimento a clientes.

Recebida a denúncia (fls.188/189) em 28.11.17, após notificação e defesa preliminar, sobrevieram citação e audiência de instrução, com interrogatório dos réus (fls.247/249), inquirição de três testemunhas de acusação (fls.250, 286 e 342).

Também em audiência foi determinada a realização de exame de dependência do réu João Pedro, com laudo juntado a fls.355

Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação de Mailson nos exatos termos da denúncia, com possibilidade de reconhecimento do benefício do §4º do art.33 da Lei de Drogas e regime inicial fechado, bem como a absolvição de João Pedro, no que foi seguido pela defesa deste.

A defesa de Mailson pediu a desclassificação para o delito previsto no art.28 da Lei de Drogas e, em caso de condenação, pena mínima, redutor do art.33, §4º da Lei de Drogas, crime comum (HC STF

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

118.533/MS), regime aberto (HC STF 111.840/ES), substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, na forma dos arts.44, I, II e III, e a concessão do direito de recorrer em liberdade.

É o relatório

D E C I D O

A materialidade está comprovada pelos laudos de fls.71,78 e 80.

O réu João Pedro é plenamente imputável (laudo de fls.355).

A prova é bastante para a condenação de Mailson, mas insuficiente para a de João Pedro pois, quanto a este, os policiais não prestaram relatos que indicassem, com segurança, a autoria, até porque divergiram em ponto importante: a visão clara da entrega de droga a terceiro, com recebimento de dinheiro.

Rodrigo (fls.250) relatou que o local era conhecido ponto de tráfico. Disse ter visto João Pedro entregando algo a uma pessoa no carro e depois entrando na casa onde havia vários indivíduos. O veículo em questão saiu e não foi abordado, não sendo apreendida a suposta coisa entregue. Acrescentou que na casa havia dinheiro jogado no chão e Mailson estava com uma sacola na mão. Com João Pedro, na busca pessoal, nada foi encontrado.

Na entrada da casa havia crack exposto na

0000190-54.2017.8.26.0555 - lauda 3

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

mesa. O policial afirmou, ainda, que aquela casa era usada para a venda de entorpecente.

O policial José (fls.286), inicialmente, também afirmou ter visto uma pessoa (João Pedro, reconhecido tão somente pela cor da pele, pelo militar) junto a um veículo Marea, entregando algo a ocupante do veículo, que não foi abordado.

Esclareceu que o local é ponto de tráfico e os quatro detidos no local estavam praticando o tráfico. Disse, no entanto, que viu Mailson sair correndo com uma sacola na mão, único encontrado, efetivamente, com a droga.

No mesmo depoimento, entretanto, na altura de quatro minutos da gravação, o militar não confirmou ter tido a visão da entrega de droga e recebimento do dinheiro, posto que a viatura não estava em posição que permitisse tal visão.

Tornou duvidosa a prova sobre a conduta de João Pedro, pois se a visão era deficiente, não se dizer segura a prova de autoia em relação a este réu. Destaca-se que, diferentemente do outro militar, a segunda testemunha disse que este réu não entrou na casa antes de ser abordado.

Wagner (fls.342) disse que o réu João Pedro estava com ele e foi ao local para comprar droga, nada tendo a ver com o tráfico no local. Ambos foram abordados logo depois de terem chegado ao local para adquirir entorpecente.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O réu João Pedro (fls.247), da mesma forma, disse que estava com Wagner (fls.342), outro usuário de droga, e foram ao local para adquiri-la. Disse que foi abordado quando havia acabado de descer do carro onde estavam, e este carro era o Marea, referido pelos policiais militares nos depoimentos deles.

Confirmou, no entanto, que Mailson estava dentro da casa, local em que havia o tráfico, posto que ali foram para adquirir entorpecente.

Mailson (fls.252) negou a autoria, dizendo que foi também comprar droga no local, mas é certo que os policiais o viram com uma sacola na mão, tendo o próprio réu dito que estava com as 38 (trinta e oito) porções de manconha.

Difícil crer, com tal quantidade em seu poder, que estivesse apenas para adquirir droga para uso próprio, pois não é comum que usuário se encontrado com grandes quantidades; ademais, estava num conhecido ponto de tráfico, dentro da casa, conduta própria do traficante e não do mero comprador, que de regra não permanece nos pontos de tráfico, muito menos com quantidades maiores de droga.

Mas não é só.

Não sendo a droga imputável a João Pedro nem a Wagner, não se pode dizer que no local existissem apenas compradores, pois alguém estava ali, certamente, para vender e cuidar do ponto de tráfico; nas circunstâncias em que encontrado, tudo indica que era esta a conduta do réu



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Mailson.

Destaca-se, ademais, o encontro de R\$175,00 dispensados no chão, segundo o policial Rodrigo (fls.175), tudo indicando que quem estava ali dentro (caso de Mailson) dispensou também o numerário, típico produto do tráfico de drogas, posto ser quantia que não é pequena, da compra de pouca droga por usuário.

Não se sabe, ademais, nada sobre um quarto indivíduo no local e qual a sua conduta, a despeito da referência do policial José (fls.285) a quatro indivíduos no local; a mesma testemunha disse acreditar que o dinheiro localizado foi dispensado por Mailson, - que também dispensou a sacola com a droga, conduta compatível com a de quem quer se livrar de tudo que o compromete, inclusive dinheiro -, e não por qualquer outra pessoa, a quem não se pode relacionar o numerário.

Assim, a condenação de Mailson é rigor, - posto que inviável a desclassificação para o crime do art.28 da Lei de Drogas -, e observando-se a possibilidade de reconhecimento do tráfico privilegiado, bem como primariedade e bons antecedentes do réu (fls.168); João Pedro, por falta de provas, há de ser absolvido.

Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação e: a) absolvo João Pedro Dantas Ferreira, com fundamento no art.386, VII, do Código de Processo Penal, e b) condeno Mailson Moreira da Silva como incurso no art.33, §4º, da Lei nº11.343/06.

Passo a dosar a pena.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Atento aos critérios do art.59 do CP, considerando ser o réu primário e de bons antecedentes, fixo para Mailson Moreira da Silva a pena-base no mínimo legal de cinco anos de reclusão e quinhentos dias-multa, calculados cada um na proporção de um trigésimo do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária.

Reconhecida a causa de diminuição do art.33, §4º, da Lei nº11.343/06, reduzo a sanção em 2/3, perfazendo a pena definitiva de 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão, mais 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, na proporção anteriormente definida.

Sendo primário e de bons antecedentes, bem como não sendo muito grande a quantidade de droga apreendida, evidenciando tráfico de média intensidade, a pena privativa de liberdade deveria ser cumprida inicialmente em regime fechado, considerado proporcional, necessário e suficiente para a reprovação e prevenção contra a prática de novas infrações, nos termos do art.33, e parágrafos, do CP.

Contudo, o réu está preso desde 7.10.17, já tendo cumprido mais de 1/3 da pena, tempo suficiente no regime fechado e também no semiaberto, sendo de rigor a detração, nos termos do art.387, §2º, do Código de Processo Penal, razão pela qual fixo o regime aberto para início do cumprimento do restante da pena.

O tráfico é crime que traz grande prejuízo à saúde pública e à sociedade como um todo, pois está na origem de muitos outros delitos, potencializando a violência e a criminalidade, do que decorre a insuficiência do "sursis" e da pena restritiva de direitos, ausentes os requisitos dos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

arts.77, II, e 44, III, do Código Penal.

Diante da pena imposta a Mailson, poderá ele apelar em liberdade.

Expeçam-se alvarás de soltura clausulados em favor de João Pedro (absolvido) e Mailson (em razão da concessão do direito de recorrerem em liberdade), ficando decretada a perda do dinheiro apreendido.

Sem custas, observando que Mailson é beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública Estadual.

P.R.I.C.

São Carlos, 04 de julho de 2018

André Luiz de Macedo
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**